

# Para coronel da reserva, os serviços de informação devem ser desmilitarizados

Da Sucursal de Brasília

O professor e coronel da reserva Geraldo Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (Unicamp), defendeu ontem a desmilitarização dos serviços de informação, durante a terceira audiência pública da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. A criação do ministério da Defesa e a subordinação das Forças Armadas ao poder político foram outros pontos levantados pelo professor durante sua exposição.

Geraldo Cavagnari disse que uma das causas que contribuíram para a militarização do SNI foi considerar o serviço como uma função militar. O professor afirmou: "As cunhas da militarização foram implantadas legalmente e têm que ser removidas. Para isso há a Constituinte".



Cavagnari defende, porém, a existência dos serviços de informações, para subsidiarem as tomadas de decisão do governo.

## Redução

A redução da influência militar no nível de decisão política e estratégica do país foi outra questão colocada na audiência pública por Geraldo Cavagnari. Para ele, não caberá às Forças Armadas decidirem, à revelia do poder político, quando deverão atuar. "Elas devem ficar no nível da execução, não de decisão política".

"As Forças Armadas não cederão sem elevado custo de remoção. Caberá à sociedade removê-las dos espaços indevidamente ocupados", afirmou Cavagnari. Segundo ele, depois de formalizado na Constituição o controle democrático das Forças Armadas, será necessária a construção da hegemonia civil. Isto é, a consolidação das instituições democráticas, o fortalecimento da

sociedade civil e a redução da autonomia militar no Estado.

O professor disse que o espírito golpista ainda existe no Brasil. "A extrema-direita vive em estado permanente de golpe, de conspiração", afirmou.

## Ministério

Geraldo Cavagnari defendeu a criação do ministério da Defesa. Afirmou que isso permitiria a otimização dos custos na organização e preparação militar, eficácia operacional das três Forças, além de reduzir a presença dos militares dentro do processo de decisão.

Ainda em sua exposição, o professor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp apoiou a proposta feita pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), no que diz respeito ao papel da Forças Armadas de defesa da ordem constitucional, subordinadas ao poder constitucional.

# Associação de editores de revistas é contra conselho de comunicação

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), empresário Roberto Civita, 50, disse ontem na Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, do Congresso constituinte, que a proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação significa "o funeral da liberdade de expressão e da democracia". A proposta foi apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), José Antônio Nascimento Brito, 35, disse que a ANJ se recusará a participar do Conselho.

Segundo o presidente da Fenaj, Armando Rollemberg, o Conselho seria composto por quinze representantes de entidades do setor, indicados pelo Congresso, e cuidaria de estabelecer e fiscalizar a política nacional para a imprensa e transmissão de dados, além da concessão de canais para rádio e televisão. A Fenaj quer ainda que todos os veículos de comunicação tenham conselhos editoriais com a participa-

ção de representantes dos jornalistas. A comunicação só poderia ser exercida por entidades sem fins lucrativos, e cada pessoa física ou jurídica só teria direito a uma concessão de rádio ou TV, para evitar o monopólio.

Civita disse que empresas sem fins lucrativos seriam deficitárias, e portanto dependentes, e comparou o conselho proposto pela Fenaj ao antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão encarregado da censura no Estado Novo. Ele afirmou que a proposta atinge a liberdade de imprensa, a livre iniciativa e as instituições democráticas. "Os abusos cometidos pela imprensa não justificam a suspensão de suas garantias", disse Civita, e acrescentou: "É melhor ter uma imprensa desabusada do que um 'Pravda' (órgão oficial do governo soviético)".

Nascimento Brito disse que só a livre iniciativa pode garantir a liberdade de imprensa, afirmando que a pressão dos anunciantes sobre as informações veiculadas só diminui com o aumento dos anunciantes.

"Cabe ao público julgar o veículo", disse, opinando que o Conselho acabaria legislando sozinho sobre a liberdade de expressão, que ficaria à mercê de "qualquer ditadura ideológica".

A proposta da ANJ concorda com a da Fenaj quanto à necessidade de assegurar a pluralidade dos meios de comunicação, especialmente rádio e TV, proibindo-se o monopólio. Ambas pedem a garantia do direito de resposta, ou seja, que qualquer pessoa citada pela imprensa possa responder às críticas. Todas as propostas vedam a propriedade, administração e orientação de empresas de comunicação a estrangeiros, e reafirmam o direito à liberdade de expressão. A ANJ reivindica o fim da censura estatal, que se limitaria à definição de faixas etárias de recomendação para artes e espetáculos. Rollemberg pediu a destituição do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, acusando-o de ser proprietário indireto de um canal de TV, "o que o impede de agir com isenção".

## A PRESENÇA NAS SUBCOMISSÕES

Comissão de Soberania e Direitos do Homem						Comissão de Organização do Estado						
Soberania		Direitos Políticos		Garantias Individuais		União		Estados		Municípios		
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	
Não houve reunião						11	8	17	4	Não houve reunião		
Comissão de Sistema de Governo						Comissão da Organização Eleitoral						
Poder Legislativo		Poder Executivo		Poder Judiciário		Sistema Eleitoral		Defesa do Estado		Garantias da Constituição		
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	
21	—	Reunião à noite		Reunião à noite		11	10	14	6	Não houve reunião		
Comissão da Ordem Econômica						Comissão da Ordem Social						
Intervenção do Estado		Questão Urbana		Reforma Agrária		Direitos dos Trabalhadores		Saúde e do Meio Ambiente		Minorias		
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	
Reunião à noite		11	5	14	10	16	8	13	9	10	9	
Comissão da Família, Educação e Cultura						Comissão do Sistema Tributário e Finanças						
Cultura		Ciência e Tecnologia		Família		Tributos		Orçamentos		Finanças		
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	
Reunião à noite		17	4	13	6	21	3	14	5	14	4	

## Agendas

### Executivo

#### Presidente

9h Reunido com o ministro do Planejamento, acompanhado do diretor da Frente Municipalista Nacional

9h45 Ministro-chefe do Gabinete Militar

10h30 Ministro-chefe do Gabinete Civil

11h15 Ministro-chefe da Secretaria de Planejamento

15h Ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

15h45 Ministro da Irrigação

17h35 João Carlos Krieger

#### Governador

9h Saída para Brasília

11h Ato de constituição de grupo de juristas para assessoramento do bancado paulista no Congresso constituinte

Local: escritório do governo de São Paulo em Brasília

12h30 Almoço com o deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP)

15h

Reunião com o ministro do Planejamento, acompanhado do diretor da Frente Municipalista Nacional

19h Retorno a São Paulo

#### Prefeito

8h

Secretário particular

9h

Secretário do Abastecimento

9h30

Secretário de Higiene e Saúde

10h

João Alves do Nascimento, presidente do Sindicato dos Condutores Rodoviários de São Paulo

14h30

Epaminondas José da Cunha, presidente da Anhembi

15h

Secretário da Educação e Bem-Estar Social

15h30

Secretário de Governo

16h

Assessor-chefe jurídico

16h30 Assessor-chefe técnico-legislativa

# OAB debate juízo de valor na divulgação de notícias

Da Reportagem Local

Um acirrado debate sobre a divulgação de notícias que tragam "juízo de valor sobre a dignidade ou convicção filosófica, religiosa ou política" de uma autoridade ou pessoa comum foi o saldo final da exposição do professor Eros Roberto Grau ontem, das 10 às 12h30, na seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os advogados Walter Ceneviva, colaborador da Folha, e Manoel Alceu Affonso Ferreira foram os debatedores da exposição de Grau, que deve encaminhar suas propostas para os trabalhos do Congresso constituinte.

Segundo Grau, matérias que tragam julgamentos de valor só seriam admitidas mediante prévia autorização do interessado. Ceneviva, entretanto, discordou de Grau, dizendo que a aprovação desse artigo no futuro texto constitucional seria o "pior dos cerceamentos" à liberdade de im-

prensa. O mesmo foi repetido por Affonso Ferreira. "O direito à privacidade cessa no momento em que o abordado é um homem público", disse, acrescentando que deve ser tutelada a privacidade irrelevante, tendo como exemplo, a vida familiar do homem público.

Um segundo ponto da exposição de Grau provocou polêmica e divisão de opiniões. Para Grau, a nova Constituição deveria proibir que qualquer empresa de rádio ou TV fosse dona de mais de uma emissora, proibindo, inclusive, contratos das grandes emissoras com retransmissoras. As grandes cadeias de rádio e TV são padronizadoras de opiniões e comportamentos, segundo Grau. Citando a experiência europeia, Ceneviva disse que as emissoras não teriam condições de sobrevivência se não atuassem em rede. "A proposta não tem aplicabilidade prática", afirmou Ceneviva